

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.775.748 - SP (2018/0277843-5)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**RECORRIDO : ANDRE RODRIGUES DA SILVA**  
**ADVOGADO : JOÃO CARLOS CAMPANINI E OUTRO(S) - SP258168**  
**INTERES. : DIEGO SEVERIANO DA SILVA**

## **EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL MILITAR E PROCESSO PENAL MILITAR. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA DE CIVIL. RECONHECIMENTO DE SUPOSTAS EXCLUDENTES DE ILICITUDE. ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça Militar daquela Unidade Federativa (Embargos Infringentes e de Nulidade n.º 0000111-77.2017.9.26.0010).

Consta nos autos que o Juízo da 1.ª Auditoria Militar do Estado de São Paulo determinou o arquivamento de inquérito policial militar no qual se apurava a prática de crime contra a vida supostamente perpetrado por agentes da polícia militar contra civil, sob o fundamento de que "[...] *inexiste crime militar em face de excludente de ilicitude legítima defesa por parte do policial militar investigado* [...]" (fl. 226).

Irresignado, o Ministério Público recorreu ao Tribunal de Justiça Militar estadual, que deu provimento ao recurso em sentido estrito (fls. 331-346).

Em face do acórdão não unânime, foram opostos embargos infringentes, os quais, por meio da decisão monocrática de fl. 370, não foram conhecidos.

O agravo regimental interposto foi provido para conhecer e dar seguimento aos embargos infringentes (fls. 391-398).

Os embargos infringentes e de nulidade foram providos para fazer prevalecer o entendimento de que não é necessário o envio do inquérito policial militar à Vara do Júri nas hipóteses em que são reconhecidas excludentes de ilicitude – no caso, a legítima defesa e o estrito cumprimento do dever legal – e, portanto, não se verifica o

# *Superior Tribunal de Justiça*

cometimento de crime doloso contra a vida de civil, nos termos da seguinte ementa (fl. 410):

*"POLICIAL MILITAR – EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE OPOSTOS COM BASE NO VOTO VENCIDO PROFERIDO NO JULGAMENTO DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO – INDEFERIMENTO DO PEDIDO PARA ENCAMINHAMENTO DO FEITO À VARA DO JÚRI – EXAME EFETUADO PELA JUSTIÇA MILITAR QUE RECONHECEU INEXISTIR CRIME MILITAR DOLOSO COMETIDO CONTRA A VIDA DE CIVIL – RECURSO QUE COMPORTA PROVIMENTO. A Justiça Militar é competente para efetuar a análise prévia do cometimento de crime apurado pela polícia judiciária militar. Legislação que prevê o encaminhamento dos autos ao Tribunal do Júri apenas quando do reconhecimento da existência de crime militar doloso praticado contra a vida de civil. Exame efetuado pela Justiça Militar que verificou a existência de excludentes de ilicitude. Legítima defesa e estrito cumprimento do dever legal."*

Nas razões do recurso especial, o *Parquet* estadual argumenta que o acórdão recorrido contrariou o disposto no art. 54 do Código de Processo Penal Militar. Nesse sentido, assevera que não cabe à Justiça Militar estadual, a qual não detém competência para arquivar inquérito em que se apura possível crime contra a vida praticado por militar contra civil, impedir a remessa dos autos ao Promotor natural da matéria, qual seja, o membro do Ministério Público que oficia perante o respectivo Tribunal do Júri.

Contrarrazões às fls. 461-473. O recurso especial foi admitido (fls. 490-492).

O Ministério Público Federal apresentou parecer, opinando pelo provimento do apelo nobre (fls. 505-507).

É o relatório.

Decido.

No caso, a Corte militar estadual decidiu que não é necessário o "[...] encaminhamento do inquérito policial militar à Vara do Júri quando verificada a inexistência de crime militar doloso contra a vida de civil, diante do reconhecimento de excludentes de ilicitude, no caso ora em exame, a da legítima defesa e do estrito cumprimento do dever legal" (fl. 420).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Contudo, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, não é da competência da Justiça Militar estadual determinar o arquivamento de inquérito em que se apura a prática de crime doloso contra a vida supostamente perpetrado por policial militar contra civil, ainda que com amparo em alegada excludente de ilicitude. Com efeito, tal decisão constitui invasão da competência atribuída ao Juízo do Tribunal do Júri.

Nesse sentido:

**"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL MILITAR E PROCESSO PENAL MILITAR. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA DE CIVIL. RECONHECIMENTO DE SUPOSTA EXCLUDENTE DE ILICITUDE. ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO**

1. Não compete à Justiça Militar estadual determinar o arquivamento de inquérito em que se apura a prática de crime doloso contra a vida cometido por militar estadual contra civil com fundamento em alegada excludente de ilicitude, devendo os autos ser remetidos à Justiça Comum, nos termos do art. 82, § 2.º, do Código de Processo Penal Militar.

2. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 1.795.117/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 06/06/2019, DJe 18/06/2019.)

**"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO PRATICADO POR POLICIAL MILITAR EM SERVIÇO CONTRA CIVIL. COMPETÊNCIA AFETA AO TRIBUNAL DO JÚRI. AGRAVO DESPROVIDO.**

1. Não cabe à Justiça Militar determinar o arquivamento do feito, ainda que entenda ser o caso de excludente de ilicitude, mas, sim, encaminhar os autos à Justiça Comum, conforme previsto no art. 82, § 2º, do Código de Processo Penal Militar (nos crimes dolosos contra a vida, praticados contra civil, a Justiça Militar encaminhará os autos do inquérito policial militar à justiça comum) (HC n. 385.778/SP, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 30/6/2017)

2. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 1.803.239/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 03/06/2019.)

**"PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. 1. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA. MILITAR CONTRA CIVIL. ART. 125, § 4º, DA CF. RECONHECIMENTO DE EXCLUDENTE DA ILICITUDE. ARQUIVAMENTO. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. PRECEDENTES. 2. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.**

1. A competência da Justiça Militar tem previsão constitucional, ressalvando-se a competência do Tribunal do Júri nos casos em que a vítima for civil, conforme art. 125, § 4º, da CF. Dessa forma, assentou a

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, que, nesses casos, o inquérito policial militar deve ser remetido de imediato à Justiça Comum, pois, 'aplicada a teoria dos poderes implícitos, emerge da competência de processar e julgar, o poder/dever de conduzir administrativamente inquéritos policiais' (CC 144.919/SP, Rel. Ministro Felix Fischer, Terceira Seção, julgado em 22/06/2016, DJe 01/07/2016). Portanto, não é da competência do Juiz Militar determinar o arquivamento do inquérito policial militar, que investiga crime doloso contra a vida praticado por militar contra civil, em virtude do reconhecimento de excludente de ilicitude. Precedentes.*

2. Habeas corpus *não conhecido*." (HC 306.243/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 17/02/2017; sem grifos no original.)

Portanto, aplica-se o disposto na Súmula n.º 568/STJ: "*O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.*"

Ante o exposto, CONHEÇO e DOU PROVIMENTO ao recurso especial para cassar a decisão que determinou o arquivamento do inquérito e determinar a remessa dos autos ao juízo do Tribunal do Júri com jurisdição sobre o local dos fatos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora